

# Programa Banco de Alimentos do Serviço Social do Comércio em Pernambuco: uma abordagem sistêmica

## A Systemic Evaluation of the Food Bank Program of the Social Service of Commerce in Pernambuco, Brazil

Maria Josiane de Lima Guedes<sup>1</sup>  
Tales Wanderley Vital<sup>1</sup>  
Almir Silveira Menelau<sup>1</sup>  
José Marcione da Costa<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Departamento de Economia. Recife, PE, Brasil.

Correspondência / *Correspondence*  
Maria Josiane de Lima Guedes  
E-mail: josiane.guedes2010@gmail.com

### Resumo

O Banco de Alimentos do Serviço Social do Comércio (SESC) de Pernambuco tem como objetivo reduzir o desperdício de alimentos, por meio da promoção e difusão de práticas sustentáveis e da ação social; reduzir o número de pessoas que se encontram em situação de Insegurança Alimentar; capacitar entidades beneficiárias no que concerne a manipulação e aproveitamento total dos alimentos e a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Os alimentos doados pelas empresas não têm valor comercial, mas mantêm inalteradas suas propriedades nutricionais. No Brasil, o SESC criou o Programa Banco de Alimentos, pautado na filantropia e na ação social, visando a ampliação e consolidação de uma rede de solidariedade formada por entidades públicas, voluntariado, iniciativa privada e instituições sociais como igrejas, abrigos, asilos e orfanatos. O propósito deste trabalho é analisar as inter-relações na cooperação e funcionamento do programa, tendo como fundamento a Teoria dos Sistemas. Os resultados indicaram que o programa mantém uma rede de solidariedade e parcerias na esfera pública e privada, que corrobora com a manutenção das ações sociais e das práticas que garantem sua sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Banco de Alimentos. Segurança Alimentar. Teoria dos Sistemas. Desperdício de Alimentos.

## Abstract

The Food Bank of the Social Service of Commerce (SESC) of Pernambuco aims to reduce food waste through the promotion and diffusion of sustainable practices and social action, reduce the number of people who are in situation of Food Insecurity, train beneficiary organizations with regard to handling and full use of food and the promotion of healthy eating habits. Food donated by companies has no commercial value, but it keeps its nutritional properties unchanged. In Brazil, SESC created the Food Bank Program based on philanthropy and social action, aiming at the expansion and consolidation of a network of solidarity formed by public institutions, volunteers, private sector and social institutions such as churches, shelters, asylums and orphanages. This paper aims to analyze the inter-relationships in the cooperation and operation of the Program, based on the Theory of Systems. The results showed that the program keeps a network of solidarity and partnerships in the public and private spheres, which corroborates the maintenance of social actions and practices that guarantee its sustainability.

**Keywords:** Food Bank. Food Security. Systems Theory. Food Wastefulness.

## Introdução

A fome é a face mais cruel da desigualdade social e da pobreza. A falta de acesso à alimentação está relacionada à falta de renda para adquirir alimentos.<sup>1</sup> Muitos fatores que dificultam o acesso à alimentação estão relacionados a causas estruturais e institucionais, à inexistência de política pública de combate à fome, ou à falta de uma gestão eficiente dos programas de combate à fome. No Brasil, a concentração de renda e o crescente nível de desemprego são causas da falta de alimentos para uma parte da população brasileira, principalmente nos estados mais pobres do Nordeste, onde, além dos fatores socioeconômicos, ainda existem os problemas de ordem climática.<sup>2</sup>

O problema da fome no Brasil tem suas raízes no processo histórico-político da formação da economia, que priorizou uma produção voltada para o mercado externo em detrimento do mercado interno.<sup>2</sup> Além disso, existe a problemática da concentração de riqueza, onde 10% da população brasileira concentram 41% da renda do país.<sup>3</sup> A questão da fome está relacionada ao problema da distribuição de renda desigual, da política de preço dos alimentos, que beneficia em grande parte as commodities, das condições de precariedade da qualidade de vida, que contribui para altos índices de pobreza e a intensificação das mazelas sociais.<sup>2</sup>

Nesse contexto, o Estado é responsável por garantir o mínimo necessário para a sobrevivência dessas populações, uma vez que a alimentação é um direito fundamental de todo cidadão. O direito humano à alimentação foi aprovado em 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 64, que incluiu a alimentação no Artigo 6º da Constituição Federal do país. O direito humano à alimentação adequada consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego e terra, para garantir o acesso de modo contínuo.<sup>4</sup> Esse direito inclui as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao se afirmar que a alimentação deve ser adequada, entende-se que ela seja pertinente ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa ou grupo social.<sup>5</sup> Contudo, a Lei em si não assegura que na prática haja garantias dos direitos, o que desafia a sociedade, instituições públicas e privadas a mitigar o problema de acesso à alimentação adequada.<sup>6</sup>

O desperdício de alimentos ao longo da cadeia produtiva chega, no Brasil, a 40 mil toneladas por dia.<sup>7</sup> As causas das perdas dos alimentos são variadas em todo mundo, indo desde a produção/cultivo, passando pelo canal de distribuição, comercialização, até os consumidores e suas práticas de consumo, ou seja, a perda de alimentos ocorre desde a colheita até a mesa do consumidor.<sup>8</sup>

Dados de relatório da FAO (2011)<sup>9</sup> mostram que um terço dos alimentos produzidos para consumo humano se perdem ou são desperdiçados, representando cerca de 1,3 bilhões de toneladas por ano. Esses alimentos são perdidos ao longo da cadeia de abastecimento alimentar. No entanto, os países têm desperdícios diferentes, os quais têm relação com a renda per capita do país, conforme apontado no relatório. Nos países de alta e média renda, há um grande desperdício de alimentos ainda próprios para o consumo. No entanto, os alimentos também são desperdiçados no início da cadeia de abastecimento, enquanto que nos países de baixa renda, os alimentos são desperdiçados durante as primeiras etapas e nas subjacentes.

Os bancos de alimentos foram criados para combater a fome, através da recuperação dos alimentos que são desperdiçados ao longo da cadeia produtiva, quando ainda são adequados ao consumo humano. Os bancos de alimentos recebem doações de grãos, cereais, carnes, entre outros alimentos, em geral oriundos de produtores e comerciantes locais, ou fazem parte de um sistema maior no qual, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas mantêm inalteradas suas propriedades nutricionais.

O melhor aproveitamento dos alimentos e as ações de combate ao desperdício são as principais ações do Programa Banco de Alimentos. Estas têm impactos principalmente no que concerne à melhoria da segurança alimentar dos mais pobres, o acesso aos alimentos, o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do meio ambiente.<sup>10</sup>

A fome é consequência do processo histórico da formação da economia, que não aloca os recursos de forma eficiente, além das acanhadas políticas públicas voltadas a minimizar as discrepâncias socioeconômicas existentes no Brasil, em especial na Região Nordeste. O banco de alimentos se

torna, assim, uma ferramenta fundamental, operando em uma rede de solidariedade que, de forma sistematizada e organizada, atende a diversas demandas das entidades, atuando na promoção, formação e manutenção de multiplicadores das ações sociais e filantrópicas.

Este trabalho busca identificar e analisar as relações sistêmicas que garantem a sustentabilidade do Programa Banco de Alimentos do SESC em Pernambuco. Para cumprir com tal objetivo, através de informações gerenciais do programa, como volume de doações e número de intuições beneficiadas, e através de pesquisa de campo com os atores que formam o banco de alimentos, realizou-se análise de forma sistêmica, bem como por meio da leitura e análise de documentos acadêmicos sobre mecanismos de combate a fome e insegurança alimentar. Nesse contexto, faz-se o seguinte questionamento: *quais as relações empregadas pelo Banco de Alimentos do SESC em Pernambuco com empresas e instituições, as quais norteiam as ações sociais e a sustentabilidade do programa?* Sugere-se como hipótese que o banco de alimentos se relaciona de forma sistêmica, funcionando como um elo entre as empresas e instituições beneficiadas, de forma a assegurar a rede de solidariedade.

## Banco de alimentos

O processo histórico da formação do primeiro banco de alimentos tem como pioneiro o norte-americano John Van Hengel, na cidade de Phoenix, Arizona.

Observando uma mulher pobre que alimentava seus nove filhos recolhendo os produtos que caíam ao chão durante as descargas efetuadas de madrugada nos supermercados, John Van Hengel desenvolveu a ideia do Banco de Alimentos e com outros voluntários organizou uma primeira coleta junto aos supermercados de Phoenix.

Em 1967, foi criado o St. Mary's Food Bank, e com apoio e incentivos governamentais, a ideia se espalhou por Estados Unidos e Europa. A iniciativa surgiu da necessidade de diminuir a fome de um grande contingente de pessoas, o que motivou o movimento presente.<sup>11</sup>

O banco de alimentos está baseado nos princípios da dádiva e da partilha, na gratuidade das contribuições, na luta contra o desperdício de produtos alimentícios e na sua repartição pelas pessoas mais necessitadas, através de rede de solidariedade. Foram também estes os princípios que estiveram na origem de todos os bancos que se seguiram.

Os bancos de alimentos dos países desenvolvidos funcionam da mesma maneira. Estima-se que existam mais de 200 deles atualmente, que formam a rede America's Second Harvest e atendem a mais de 23 milhões de estadunidenses.<sup>11</sup>

Os primeiros bancos de alimentos no Brasil datam de 1988, e a partir de 2003, com a retomada das ações de combate à fome, houve um crescimento, sobretudo dos bancos de alimentos públicos.<sup>12</sup>

Atualmente existem dezenas de bancos implantados ou em instalação, em todo o território nacional, formados por organizações sem fins lucrativos. Nesse contexto, o Banco de Alimentos do Serviço Social do Comércio (SESC) se tornou referência nacional como Rede de Solidariedade na área de Segurança Alimentar.<sup>13</sup>

## Programa Mesa Brasil SESC

O Mesa Brasil SESC (MBS) é um programa de segurança alimentar e nutricional que tem como objetivo a inclusão social, estando consolidado como uma rede nacional de solidariedade de combate à fome e ao desperdício, envolvendo parcerias com diversos segmentos da sociedade. O aprendizado dessas parcerias demonstra que esse programa pode, de forma eficaz, mitigar as dificuldades e os problemas relativos à fome que ainda persistem em nosso país.

Foi criado em 2000 no SESC do Rio de Janeiro, e expandido a partir de 2003, mediante as políticas e ações de combate à fome no Brasil, como o Programa Fome Zero, implementado pelo Governo Federal em 2002, que visava minimizar a insegurança alimentar e nutricional da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O MBS está consolidado em todo país e suas ações vão além da arrecadação e distribuição dos alimentos doados. Existem diversas parcerias com órgãos do Governo Federal de controle e fiscalização, como por exemplo, Anvisa, Embrapa e CNPq, na construção de ferramentas que promovam a ação pautada nas leis e normas, como o *Manual de Boas Práticas* e o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, os quais promovem a inocuidade alimentar em toda a cadeia produtiva de alimentos.<sup>13</sup> Presente na maioria dos estados brasileiros, o MBS representou um esforço institucional e coletivo para a formação da Rede Nacional de Solidariedade contra a fome e o desperdício de alimentos. Esta rede se tornou imprescindível na melhoria da qualidade de vida e na inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio da integração de dezenas de unidades operacionais distribuídas por todo território nacional, nas capitais e no interior do país.<sup>13</sup>

Em Pernambuco, o Banco de Alimentos do SESC foi criado em 2002, com a finalidade de receber os alimentos dos doadores (empresas, fábricas, produtores), armazená-los e distribuí-los aos beneficiários. Desde o início de suas atividades, foi formando uma rede de doadores e receptores dos alimentos, e hoje atende a 402 instituições filantrópicas que beneficiam crianças, jovens e adultos. Atende também algumas famílias, através dos líderes comunitários e associações de moradores que fazem trabalho social em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade. Em Recife, o banco de alimentos localiza-se próximo ao Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco, no bairro do Curado.<sup>14</sup>

O Banco de Alimentos SESC Pernambuco abrange a capital e o interior. Além do Recife e Região Metropolitana, atende às cidades de Arcoverde, Caruaru, Garanhuns e Petrolina, através

das filiais lá instaladas. Em 2016, arrecadou 14.302.185,05 toneladas de doações, na capital e no interior, entre alimentos e não alimentos; no mesmo ano, o total de pessoas assistidas foi de 46.952 nas 402 instituições da capital e do interior. A expressividade dos números requer enorme esforço para atender a instituições e suas particularidades. Por isso, o banco de alimentos tem papel central nesse sistema de transação entre quem quer doar e quem precisa da doação.<sup>15</sup>

Para alcançar o objetivo, o banco de alimentos tem uma gestão estruturada e compartilhada, envolvendo todos os agentes no processo de captação dos alimentos, armazenamento e distribuição. O programa é um sistema alimentado por um fluxo de informações, pessoas, produtos e capital social. Considerando esses aspectos, o banco de alimentos recebe os alimentos doados por empresas e pessoas que estão localizadas em alguma cidade do estado de Pernambuco, especialmente onde tem maior atuação. Os doadores fornecem os variados gêneros alimentícios, como frutas, verduras, grãos e cereais, que são arrecadados e levados para local de armazenagem e distribuição, com exceção de algumas empresas, que levam a doação até o banco de alimentos. Este tem parcerias com empresas doadoras dos mais diversos ramos, de pequeno a grande porte, e também com a Companhia Nacional de Abastecimento de Pernambuco (CONAB), por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

## Aspectos teóricos e metodológicos

### Teoria dos Sistemas

Sistema é um conjunto de elementos em interação como, por exemplo, os sistemas físico-químicos.<sup>16</sup> O sistema aberto é definido como um sistema em troca de matéria com seu ambiente, e sua base é a interação dinâmica de seus componentes com o ambiente. Dessa forma, o sistema aberto é compreendido em sua totalidade, como um conjunto de partes que interagem, influenciando e sendo influenciado pelo meio em uma relação de interdependência.

A política pública é vista, na teoria dos sistemas, como um produto do sistema político. É um conjunto identificável de instituições e atividades da sociedade. A teoria dos sistemas nas ciências sociais deve ser aplicada com uma perspectiva mais ampla, envolvendo os grupos humanos e sociedade em sua totalidade, ou seja, a todo sistema social.<sup>16</sup>

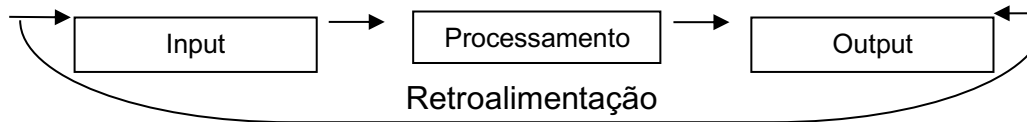
O sistema fechado é tratado pela física convencional, sendo considerado isolado do seu ambiente, quando não há saída nem entrada de matéria. O contrário é quando pode ocorrer exportação e importação e provoca mudanças no comportamento. Sistemas vivos são abertos e trocam material com o ambiente.<sup>17</sup>

O conceito de sistema aberto foi amplamente divulgado e se tornou popular, sobretudo nos meios de comunicação em massa. O pensamento em termos de sistema desempenha papel dominante em uma ampla série de campos.<sup>16</sup>

Sistema é um conjunto de elementos interdependentes, podendo ser um todo organizado ou partes que se integram, formando um todo unitário e complexo.<sup>17</sup> Desta maneira, o enfoque sistêmico tornou-se necessário para tornar as relações eficientes e minimizar os custos de transação nas redes de interações complexas. Como trata Bertalanffy *apud* Manning:

[...] existe uma relação entre todos os elementos e constituintes da sociedade. Os fatores essenciais dos problemas públicos, das questões e programas a adotar devem sempre ser considerados e avaliados como componentes interdependentes de um sistema total.<sup>16</sup>

Na sociedade contemporânea, os sistemas são ainda mais complexos, considerando todas as redes de transações, diversas informações constantemente atualizadas, demandando inter-relações sociais, somando esforços para gerir enormes volumes de dados, técnicas e estruturas. Em um mundo globalizado, as necessidades ocorrem em conjunto. Dessa forma, para que haja um fluxo eficiente de informação e ação, é necessário que as etapas do sistema – *input*, processamento e *output* – sejam compartilhadas por todos os atores envolvidos no processo, conforme referido na figura 1:



**Figura 1.** Modelo Sistêmico

O sistema funciona no sentido de transformar demandas em decisões oficiais. Além disso, a noção de sistema implica também que os elementos do sistema são inter-relacionados. O sistema pode responder às forças em seu ambiente, tentando a autopreservação.<sup>18</sup>

Os processos dos sistemas, assim como abordou Bertalanffy,<sup>16</sup> do ponto de vista de que os sistemas são organismos vivos, as instituições também são compostas de um conjunto de elementos interdependentes que trocam energia com o meio ambiente, tais como: parceiros de negócios, *stakeholders*, capital social, capital humano. Ou seja, são todos os agentes que influenciam e são influenciados pelo sistema organizacional.

Esses sistemas organizacionais geralmente são compostos de outros subsistemas, os quais formam um sistema maior. Dessa forma, pode-se pensar o banco de alimentos como um subsistema do sistema Mesa Brasil do SESC, caracterizado como sistema aberto, pois *inputs* entram no sistema, e depois de processados, geram *outputs*. Para efeito, as instituições são munidas de capitais, recursos materiais, humanos e tecnológicos capazes de entregar, após o processamento, bens e serviços para a sociedade.

## Procedimentos Metodológicos

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho de natureza qualitativa, foram feitas pesquisas de campo com as empresas doadoras, o Banco de Alimentos do SESC-PE e com as instituições beneficiárias. Foram feitos três tipos de questionários com perguntas abertas, nas quais se abordaram as etapas e os processos delineados no modelo analítico proposto. Os questionários foram aplicados no Banco de Alimentos, por agendamento prévio com as instituições e empresas, como também por meio do acesso as instalações físicas das Instituições beneficiadas e das empresas doadoras. Considerando a grande diversidade entre o perfil das empresas que doam alimentos e o perfil das instituições beneficiárias, foram selecionadas de forma aleatória três empresas doadoras (empresa de grande porte do varejo, produtor e comerciante de frutas e uma instituição pública). Em relação as Instituições beneficiárias, optou-se por aplicar o questionário com quatro Instituições que tem suas ações sociais voltadas aos diversos públicos (crianças, jovens, idosos, famílias e comunidades). A pesquisa foi realizada de forma presencial com os presidentes/diretores das Instituições beneficiárias, gerente ou proprietários das empresas doadoras e com a gestora do Banco de Alimentos. Algumas entrevistas ocorreram no Banco de Alimentos e outras se deram por meio do acesso as Instituições beneficiárias e empresas doadoras.

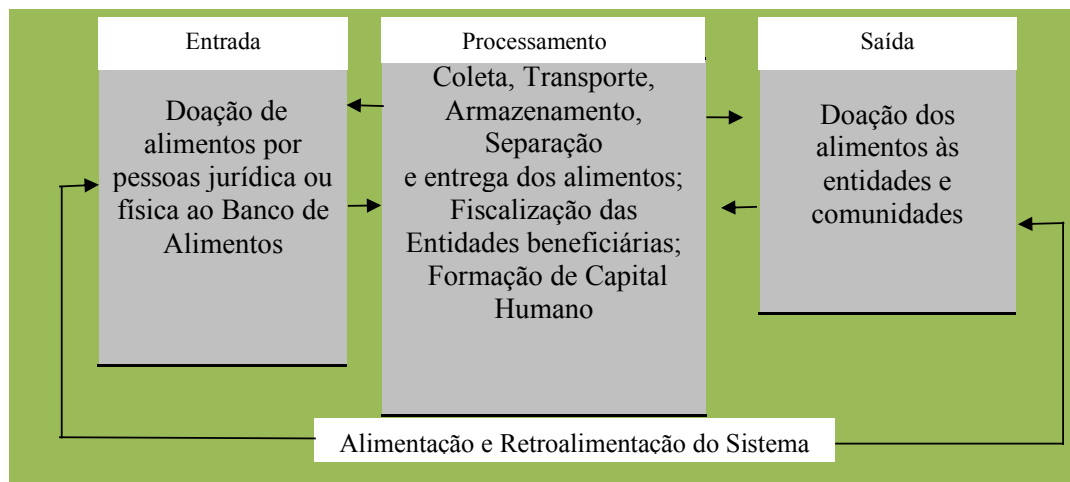
## Modelo analítico

As organizações são vistas como sistemas, permitindo que o ambiente as influencie e seja influenciado por elas. As pressões sobre este ambiente são diversas devido às condições socioeconômicas, culturais e o sistema político de cada sociedade. A compreensão da organização como sistema é substancial para compreender as interações que ocorrem entre as diversas instâncias, instituições e sociais.

Neste trabalho, as instituições foram compreendidas como sistema aberto, no qual há grande fluxo de informações e de pessoas. Sendo assim, para melhor visualizar o modelo analítico para o Programa Banco de Alimentos, procurou-se compreender os processos de entrada, processamento e saída do programa.



Para uma maior compreensão das relações existentes entre as instituições que trabalham em prol do combate à fome e ao desperdício de alimentos, elaborou-se o fluxo de funcionamento que envolve a dinamicidade do Programa Banco de Alimentos do SESC em Pernambuco e as instituições que doam e recebem os alimentos, conforme a figura 2.



**Figura 2.** Entrada, Processamento e Saída do Modelo Analítico

Fonte: Adaptado da Teoria dos Sistemas de Von Bertalanffy (1977).

A figura 2 representa o sistema entre os agentes do banco de alimentos com as respectivas entradas, processamento e saída. Nesse aspecto, a entrada do modelo está composta pela doação dos alimentos por empresas ou pessoas físicas. O processamento é composto pelo transporte, armazenamento e separação dos alimentos, fiscalização das entidades beneficiárias e formação de capital humano. A saída do sistema é composta pelas doações dos alimentos às entidades/comunidades.

## Análise do modelo sistêmico

### Doação dos Alimentos pelas Empresas ou Pessoas Físicas

As empresas doam alimentos que, por diversas razões, como a perecibilidade dos produtos, por exemplo, perdem o valor comercial, porém mantêm as propriedades nutricionais. Como exemplo, há as empresas que comercializam frutas, legumes e verduras. Para este tipo de produto

alimentício, as empresas entrevistadas fazem a doação diariamente. Por outro lado, as empresas que doam produtos com menor perecibilidade podem fazer a doação com intervalo de tempo maior ou quando há produtos a serem doados.

**Quadro 1.** Motivações pelas quais as empresas decidem doar ao Banco de Alimentos. Pernambuco, 2016.

<b>Motivações das Empresas para fazer a doação</b>
Perecibilidade de frutas, legumes e verduras
Ajudar as pessoas com os alimentos
Contribuir para minimizar a fome das pessoas em vulnerabilidade socioeconômica
As empresas visam ao lado social
Satisfação em fazer o bem

**Fonte:** Autores (2018).

O quadro 1 ilustra várias motivações pelas quais as empresas decidem fazer doação para o banco de alimentos. A perecibilidade dos alimentos como frutas, legumes e verduras faz com que as empresas mantenham as doações diárias e a longo prazo. Por outro lado, existe a satisfação pessoal em fazer a doação, em fazer o bem àqueles que precisam, visando a inclusão social e minimizando a fome das pessoas atendidas. As empresas doadoras visam o não desperdício de alimentos, segundo a literatura, que é um dos grandes problemas encontrados em toda cadeia produtiva – desde a produção até o consumidor final. Além disso, procuram contribuir para minimizar a deficiência nutricional que assola diversos municípios e comunidades, mais presente nos países em desenvolvimento.

A empresa doadora de frutas, legumes e verduras seleciona os alimentos próprios para consumo e não vendável, de acordo com as Normas do Mesa Brasil Sesc. Na empresa de frutas, legumes e verduras entrevistada, os alimentos são selecionados segundo o Método PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai), usado na contabilidade para controlar estoques. Dessa forma, os alimentos que passam pela triagem para doação são retirados pelo banco de alimentos, que por sua vez faz outra inspeção neles. O controle das doações é feito por meio de documentos – guias de controle – com as quantidades e os tipos de produtos recebidos.

Em 2016, o banco de alimentos recebeu doações de 522 empresas parceiras instaladas na capital e no interior de Pernambuco. O volume doado foi de 1.591.380,78 kg de alimentos; e 1.726.365,49 kg de não alimentos (material de higiene, limpeza, roupas etc.). Por sua vez, o banco de alimentos

distribuiu 1.536.807,39kg de alimentos tanto na capital quanto no interior; e 1.677.722,34 kg de não alimentos. A tabela 1 mostra o total de alimentos e não alimentos arrecadados em 2016 no estado de Pernambuco.

**Tabela 1.** Total em kg arrecadado entre janeiro e dezembro de 2016, por cidades. Pernambuco, 2016.

Cidades	Alimentos perecíveis	Alimentos não perecíveis	Não alimentícios
Recife	1.600.775,34	3.165.201,37	6.251.922,99
Arcoverde	59.675,39	115.592,78	227.704,05
Caruaru	118.275,74	233.817,80	459.827,77
Garanhuns	143.619,50	279.171,00	552.514,50
Petrolina	160.562,39	319.408,28	614.116,16

**Fonte:** Relatório de Gestão Interno do Banco de Alimentos SESC Pernambuco. 2016. Adaptado.

## Processamento do Modelo Sistêmico

### *Coleta, Transporte, Armazenamento, Separação e Entrega das Doações*

A coleta dos alimentos é feita obedecendo à agenda de cada empresa doadora e com os equipamentos de transporte de acordo com as exigências de acondicionamento de cada produto ou alimento. “O Banco de Alimentos coleta as doações em veículos refrigerados, com roteiro, horários e datas acordadas entre a equipe do Banco de Alimentos e a Empresa doadora”, conforme informações do entrevistado, ligado à gestão do Banco. Alguns alimentos podem não ser coletados, dependendo da avaliação do pessoal do banco de alimentos, que só recebe doações dentro dos padrões de segurança. Dessa forma, os produtos são recebidos dentro do prazo de validade e quando não apresentem riscos à saúde dos beneficiários. Alguns problemas são encontrados durante a coleta, como a espera prolongada para liberar as notas de doações ou mesmo na pré-seleção pelas empresas que fazem a doação do que está impróprio para o consumo. Isso demanda maior tempo na coleta e separação pela equipe do Banco de Alimentos.

### *Infraestrutura do Banco de Alimentos*

A infraestrutura do Banco de Alimentos é composta pelo transporte para coleta dos alimentos e O local onde são armazenadas as doações. O banco possui uma frota com 11 veículos (caminhões e vans refrigerados), e também kombis não refrigeradas, com capacidade de transporte entre 1 e 7,5 toneladas. Não há problemas de ociosidade de transportes, devido a organização e programação das coletas diárias e as vistas técnicas, que são previamente agendadas pela equipe do banco de alimentos com as empresas e instituições.

### *Formação de Capital Humano*

A formação de capital humano é essencial para manter a rede de solidariedade. Os treinamentos são voltados para os dirigentes das instituições sociais, voluntários e manipuladores de alimentos, com temáticas relacionadas a nutrição, segurança alimentar e aproveitamento integral dos alimentos, bem como serviço social, meio ambiente e fortalecimento institucional. Os cursos de formação referentes às boas práticas estão de acordo com as exigências da vigilância sanitária, sendo cumpridas as Boas Práticas de Manipulação segundo a RDC nº 216/2004.

### *Adesão e Fiscalização das Instituições Beneficiadas*

As instituições que desejam receber os alimentos devem cumprir os requisitos de organização social, segundo critérios estabelecidos pelo banco de alimentos. Elas devem informar o tipo de público atendido, quantidade de pessoas, faixa etária dos beneficiários, tipo de refeição servido e quantas refeições são ofertadas dentro da unidade. Assim, é preciso que a instituição cumpra com requisitos, tais como:

- Não ser governamental.
- Não ter vínculos político-partidários.
- Ter disponibilidade para participar de ações educativas.
- Ter despensa, cozinha e refeitório adequados para armazenar, preparar e manipular os alimentos.
- Participar de reuniões, palestras, cursos e demais ações educativas promovidas pelo Programa Mesa Brasil Sesc.
- As pessoas são atendidas pelo Programa Mesa Brasil Sesc sob a mediação de uma entidade social que ficará responsável pelo cadastro, monitoramento e distribuição dos alimentos após assinar um termo de cooperação.

- A entidade social deve atender segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou em situação de pobreza.
- Prestar atendimento gratuito a população, sem discriminação de qualquer espécie (religiosa, étnica, etária).
- Em caso de cadastramento de entidades sociais que prestam atendimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam projetos, os alimentos precisam ser preparados e consumidos dentro da própria entidade.
- Se for uma associação de moradores, os alimentos poderão ser distribuídos e não precisa ser produzida refeição no local; no entanto, além dos critérios supracitados, a associação deverá ter o cadastro das famílias atendidas para que os cadastrados recebam as doações.
- O Mesa Brasil SESC também atende, em caráter emergencial, populações vítimas de enchentes e alagamentos. Com um trabalho de logística humanitária, o programa arrecada e distribui donativos para desabrigados e desalojados em todo o país.

O banco de alimentos fiscaliza as instituições por meio de visitas antes e após o cadastramento, e uma equipe composta por assistente social e nutricionistas verifica *in loco* o funcionamento e estrutura da instituição. Assim, por meio de treinamento e monitoramento, é possível manter as instituições aptas a atender às normas do programa.

### *Formação de Capital Humano*

O banco de alimentos busca, por meio de diversos cursos, capacitar as pessoas que estão diretamente envolvidas com o atendimento ou representam as instituições sociais (dirigentes, voluntários e manipuladores de alimentos). Os treinamentos acontecem mensalmente, são trabalhados temas relacionados a nutrição, segurança alimentar e aproveitamento integral dos alimentos, como também temas relacionados ao serviço social, meio ambiente e fortalecimento institucional.

Os cursos sobre Boas Práticas seguem as exigências da Vigilância Sanitária. Os funcionários e voluntários das instituições sociais são orientados a cumprir as orientações sobre Boas Práticas de Manipulação contidas na RDC 216/2004. Dessa forma, diversos temas são trabalhados, a saber:

- Aproveitamento integral dos alimentos;
- Boas práticas de manipulação de alimentos;
- Alimentação saudável;

- Meio ambiente, vida e sustentabilidade;
- Desenvolvimento de projetos sociais;
- Formação e fortalecimento de redes sociais;
- Empreendedorismo.

## Saída

### *Doação dos alimentos a Instituições/comunidades*

As instituições receptoras dos alimentos representam, no modelo, a saída do sistema. As que fizeram parte deste trabalho retiraram os alimentos na sede do banco de alimentos.

Os benefícios para as instituições que recebem os alimentos são inúmeros, principalmente no tocante ao acesso ao alimento e qualidade de vida para as crianças e inúmeras famílias atendidas. Por outro lado, há algumas dificuldades, visto que as instituições são filantrópicas e na maioria das vezes possuem recursos limitados, até mesmo para retirar os alimentos doados na pelo banco, pois nem todas as entidades beneficiadas estão localizadas próximas a ele. Considerando os benefícios e algumas dificuldades apontadas pelas instituições durante a pesquisa de campo, são apresentadas os quadros 2 e 3:

#### **Quadro 2.** Benefícios para as instituições que recebem os alimentos. Pernambuco, 2016.

Possibilita acesso de famílias carentes e em situação de vulnerabilidade nutricional a alimentos saudáveis
Melhorou a qualidade de vida das famílias carentes atendidas pelas instituições
Garante benefícios nutricionais a famílias carentes e desempregadas
Aumenta a autoestima das crianças atendidas
Garante que as instituições continuem fazendo a função social para famílias e comunidades

**Fonte:** Autores (2018).

**Quadro 3.** Dificuldades apontadas pelas Instituições. Pernambuco, 2016.

Distância da Instituição recebedora do Banco de Alimentos
Doações esporádicas
Quantidade de alimentos recebidos não supre totalmente a demanda das Instituições
Necessidade de ter mais de uma fonte doadora e buscar outras parcerias
Os cursos deveriam ser ofertados as comunidades

**Fonte:** Autores, 2018.

As instituições percebem que o banco de alimentos precisa de mais parcerias com empresas privadas, para que possa doar os alimentos com maior frequência. Algumas instituições recebem alimento uma vez por mês ou a cada 15 dias, mas fornecem alimentos diariamente; há ainda a questão da distância da instituição em relação ao banco de alimentos. Dessa forma, surge a necessidade de buscar outras parcerias entre as instituições e outros doadores de alimentos, bem como com outras instâncias sociais, inclusive parcerias públicas.

De forma geral, as instituições consideram que o banco de alimentos é crucial para manutenção de suas ações sociais. Com o alimento recebido pelo programa, as entidades atendem de 50% a 60% do público. No que diz respeito aos cursos de formação para as entidades, 25% dos entrevistados gostariam que o curso fosse feito também para a comunidade.

O banco de alimentos, por meio dos cursos, dá formação a diversos atores estão envolvidos com o manuseio do alimento, mas existem diversos cursos para o consumidor final – que é o beneficiário das entidades – a despeito do melhor aproveitamento do alimento.

As instituições consideram que o banco de alimentos possui uma equipe profissional, que as municia de conhecimentos para que atendam aos beneficiários de forma segura e satisfatória. Entende-se que o banco de alimentos faz parte de um todo, sendo fundamental para que as pessoas possam ter acesso aos alimentos, de forma sistemática. Reconhece, entretanto, que é de fundamental importância buscar mais parcerias para que a rede de solidariedade cresça e se mantenha no longo prazo.

## Considerações finais

A conjuntura econômica atual permite compreender a importância do banco de alimentos na vida das famílias e instituições beneficiadas que, em parceria com empresas/pessoas doadoras, formam uma rede de solidariedade. Programas como o banco de alimentos tornam-se cada vez

mais indispensáveis em nossa sociedade. Parcerias entre os setores público e privado podem vir a fortalecer e corroborar um atendimento mais eficiente e possível de ampliação, visando ao crescimento e fortalecimento do programa.

O estudo objetivou identificar e analisar as relações sistêmicas que garantem a sustentabilidade do Programa Banco de Alimentos do SESC em Pernambuco, fundamentado no modelo sistêmico de análise de políticas públicas apresentado por Dye<sup>18</sup> e que tem como fundamento original as ideias de Bertalanffy.<sup>16</sup>

Em relação aos *inputs* ou *entradas*, pôde-se identificar que as empresas decidem fazer a doação por diversos motivos. Porém, conforme apontado na literatura, a principal motivação é a filosofia da partilha, da doação e do papel social de cada cidadão/organização. Além disso, algumas características peculiares do alimento *in natura* – a perecibilidade – fazem com que muitas empresas doem o produto ainda próprio para consumo. As ações também são pautadas no não desperdício de alimentos e na garantia de acesso das pessoas mais carentes a uma alimentação de qualidade.<sup>19</sup>

Quanto ao processamento, evidenciou-se que o programa busca, por meio de agendamento, arrecadar os alimentos, seguindo uma agenda prévia junto a empresas doadoras e de acordo com as necessidades de acondicionamento de cada alimento. Os alimentos são armazenados de acordo com as normas da RDC 216/2004, que trata das boas práticas de manipulação de alimentos. A etapa final é a separação e entrega dos alimentos nas instituições, seguindo também uma agenda prévia com as entidades beneficiárias.

O programa possui infraestrutura como transporte e espaço físico, que atendem à demanda das doações, e faz parte do bojo de suas ações a formação de capital humano. Dessa forma, o programa capacita os principais atores das instituições para atender da forma mais segura seus beneficiários. Compete ainda ao banco de alimentos fiscalizar as instituições quanto ao cumprimento dos requisitos solicitados na adesão das instituições ao programa.

Em relação aos *outputs*, o principal aspecto analisado foi as doações dos alimentos feitas às entidades receptoras. Os benefícios são enormes, segundo as instituições, mas devido às características próprias de entidades filantrópicas, existem algumas dificuldades quanto à distância do banco de alimentos ou mesmo à quantidade de alimentos recebidos.

Conforme apontado pelas instituições, os alimentos recebidos não suprem toda a demanda das instituições, mesmo o programa mantendo certa constância no volume de produtos distribuídos. Apontam também a necessidade de ter mais parcerias para que tanto o banco de alimentos quanto as entidades beneficiárias possam atender de forma satisfatória toda população que necessita de alimentação. Por outro lado, as entidades precisam buscar outras parcerias, para que mantenham suas ações sociais.



Por fim, sugere-se para estudos futuros ampliar a pesquisa e realizar a análise dos beneficiários das instituições, como também aplicar o modelo sistêmico de análise de políticas públicas em outros programas, com o intuito de analisar as relações entre as diferentes etapas do modelo.

## Agradecimentos

Ao Banco de Alimentos, na pessoa da Sra. Isolda Braga, que colaborou de forma significativa para que esse trabalho fosse realizado.

## Referências

1. Silva JG. O combate à fome no Brasil. In: Werthein J, Noletto J. Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO; 2003. p. 53-56.
2. Maniglia E. As interfaces do direito agrário, dos direitos humanos e a segurança alimentar [Internet]. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2009. (Coleção PROPG Digital - UNESP). [acesso em: 02 ago. 2017]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109108>
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2015. Rio de Janeiro: IBGE; 2015. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 35). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>
4. Brasil. Emenda Constitucional No 64, de 04 fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União. 05 fev. 2010.
5. Brasil. Presidência da República. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Direito humano a alimentação adequada e soberania alimentar [Internet]. 12 dez. 2014. [acesso em: 03 fev. 2017]. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>
6. Castro J. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares; 1984.
7. Avansini C. Alimentos: um terço da comida vai para o lixo. Londrina-PR. O Jornal do Paraná [Internet]. 16 nov. 2014: (Folha de Londrina). [acesso em: 20 set. 2017]. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/alimentos-um-terco-da-comida-vai-para-o-lixo-899434.html>
8. Pernambuco. Serviço Social do Comércio [Internet]. Banco de alimentos. [acesso em: 20 set. 2017]. Disponível em <https://www.sescpe.org.br/unidades/banco-de-alimentos/>
9. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Pérdidas y desperdicio de alimentos en el mundo: alcance, causas y prevención. Estudio realizado para el Congreso Internacional SAVE FOOD! en Interpack; 2011; Düsseldorf, Alemania. Roma: FAO; 2012. 42 p.
10. Mesa Brasil [Internet]. Banco de alimentos SESC. [acesso em: 05 fev. 2017]. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/portal/site/mesabrasilsesc/home/>

11. Banco de alimentos Campo de Gibraltar [Internet]. Primer banco de alimentos. 2017. [acesso em: 10 set. 2017]. Disponível em: <http://www.bancodealimentosalgeciras.com/historia>
12. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Serviço Social do Comercio, Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais. Rede brasileira de bando de alimentos, 2015 [Internet]. [acesso em: 06 fev. 2018]. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/RBBA/MINUTA\\_Documento\\_RBBA.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/RBBA/MINUTA_Documento_RBBA.pdf)
13. Conheça o Programa Mesa Brasil Sesc. Organics News Brasil [Internet]. 07 maio 2016. [acesso em: 17 jun. 2017]. Disponível em: <https://organicsnewsbrasil.com.br/atitudes-sustentaveis/ Mesa-brasil-sesc/>
14. Guia do Programa Mesa Brasil SESC [Internet]. Banco de Alimentos do SESC Pernambuco. [acesso em: 02 mar. 2017]. Disponível em: <https://www.sescpe.org.br/unidades/banco-de-alimentos/>
15. Pernambuco. Banco de Alimentos do SESC. Relatório de gestão interna. 2016.
16. Bertalanffy L. Teoria geral dos sistemas. 3 ed. Petrópolis: Vozes; 1977.
17. Bio R. Sistemas de informação: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas; 1985.
18. Dye R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In Heidemann FG, Salm JF. Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: UnB; 2010.
19. Lins SAG, Oliveira RR. Banco Sesc de alimentos: uma experiência de geração de capital. 2004. [acesso em: 09 set. 2017]. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg2004-075.pdf>

Recebido: 14 de agosto de 2018  
 Revisado: 10 de outubro de 2018  
 Aceito: 23 de outubro de 2018